



boletim



Ano 15, Nº 103 - Março de 2024

CONTY A - CORRENTE

A análise da conjuntura econômica na visão e linguagem do sindicalismo classista e dos movimentos sociais

(Des)igualdade de gênero

indicadores demográficos e socioeconômicos das mulheres brasileiras

por Érika Andreassy



Introdução

Em comemoração ao 8 de março - Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, o Boletim Contra-Corrente (BCC) deste mês convida seus leitores a uma reflexão sobre as condições de vida e trabalho das mulheres na sociedade brasileira. Considerando o peso feminino no contingente populacional e de trabalhadores, o qual é composta em sua maioria por mulheres, este tema é extremamente relevante para as organizações sindicais e movimentos sociais.

Sistematizando e analisando indicadores demográficos e socioeconômicos coletados de fontes oficiais; como o Censo Demográfico 2022 e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre outros; evidenciamos que apesar de importantes avanços e conquistas observados ao longo dos anos, persiste um enorme abismo entre a condição social e laboral da mulher e do homem brasileiro, em especial quando se considera também o recorte racial.

Por outro lado, as conquistas formais, como a lei sancionada em março passado que determina salário igual para trabalho igual, ainda não se reflete nos dados atuais, há que se observar entretanto até que ponto ela se traduzirá numa conquista real, uma vez que a informalidade e as novas modalidades de contratação mais precarizadas limitam a eficácia da lei, colaborando para perpetuar a desigualdade de renda entre homens e mulheres.

Num momento em que avançam na sociedade ideologias reacionárias que buscam

legitimar a desigualdade e a opressão feminina, é lamentável a falta de iniciativas em políticas para promoção da igualdade feminina por parte do governo Lula. O não cumprimento de promessas feitas durante a campanha eleitoral de 2022, como a revogação das reformas previdenciária e trabalhista e a lei das terceirizações, bem como a aprovação do arcabouço fiscal, e as reformas tributária e administrativa (que está em discussão) é sem dúvida a demonstração cabal de que, apesar do discurso “progressista”, este governo está disposto a aprofundar os ataques ao conjunto das mulheres trabalhadoras para assegurar a manutenção dos lucros burgueses.

Sua omissão em certos debates, como a questão da legalização do aborto, a falta de investimento em campanhas de combate à violência machista e na melhoria dos equipamentos para o atendimento das mulheres vítimas de violência, bem como o escândalo da troca de ministras mulheres por figuras masculinas ligadas ao centrão pelo apoio deste grupo no congresso por outro lado ajudam fortalecer os setores de ultradireita que disputam a consciência das/dos trabalhadoras e seus ataques aos direitos das mulheres.

Esperamos que com este número do BCC possamos contribuir no debate acerca da necessidade de que estas questões, muitas vezes consideradas como especificidades das mulheres passe a fazer parte da agenda de lutas do conjunto da classe trabalhadora integrando também, com a devida importância a pauta de reivindicações de suas organizações.

Boa leitura!

1. Indicadores *demográficos*

Segundo o Censo Demográfico de 2022, a população brasileira é composta por cerca de 104,5 milhões de mulheres e 98,5 milhões de homens. O país tem 6 milhões a mais de mulheres, o que significa que a classe trabalhadora brasileira é majoritariamente feminina.

Percentual de mulheres e homens na população brasileira em 2022

51,48%
Mulheres

48,52%
Homens



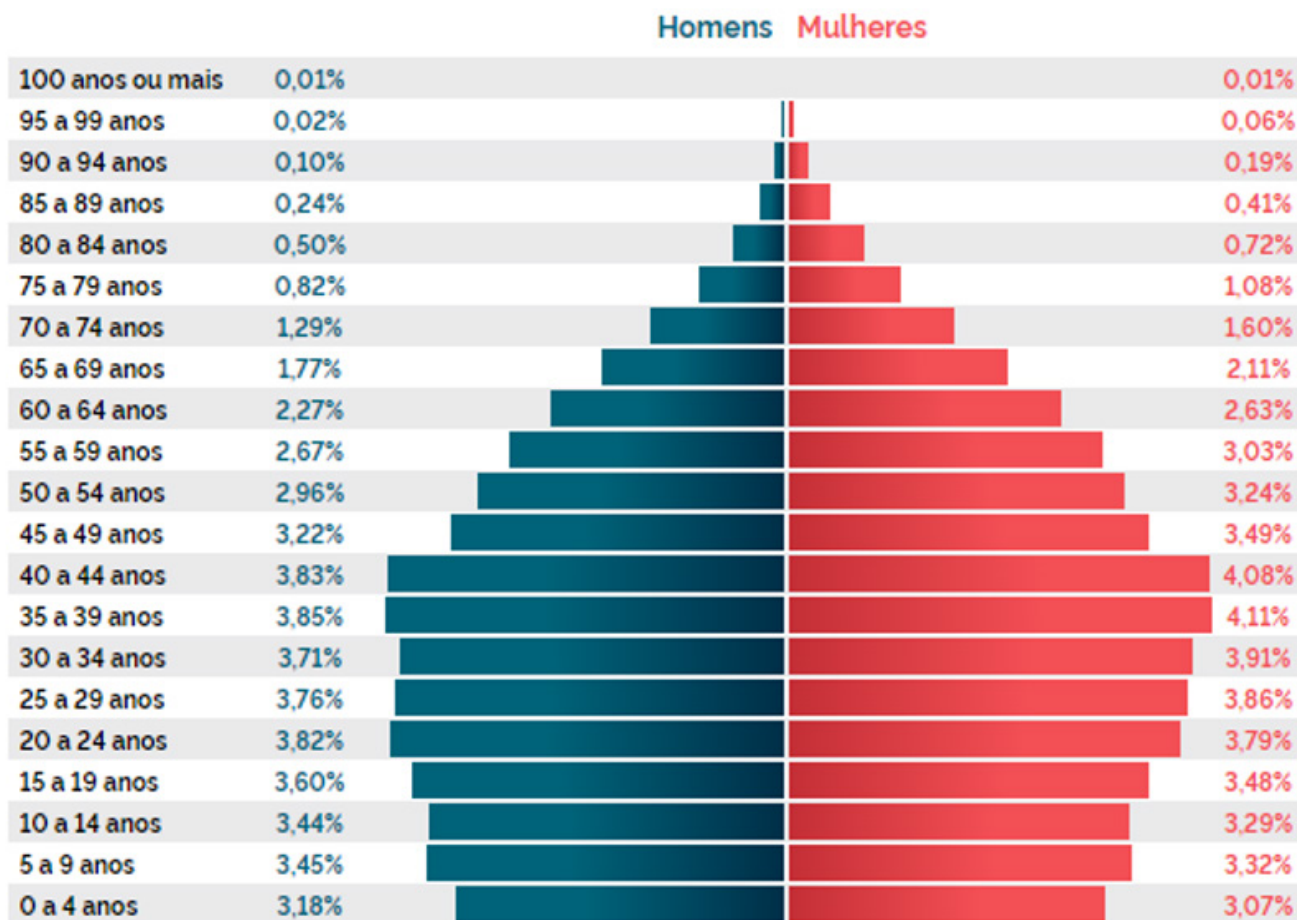
Fonte: Censo Demográfico 2022: População por idade e sexo - Resultados do universo

O contingente masculino vem caindo ao longo do tempo em relação ao feminino. Em 1980 para cada grupo de 100 mulheres, havia 98,7 homens; em 2022 caiu para 94,2 homens por grupo de 100 mulheres. Em todas as regiões elas são maioria, mas quando se observa os grupos etários, a proporção de homens nas faixas que vão do nascimento aos 19 anos é maior, indicando que nascem mais crianças do sexo masculino. A partir do grupo 25 a 29 anos esse fenômeno muda (no NE, a partir do grupo de 20 a 24 anos), o que

pode ser atribuído à mortalidade masculina maior em todas os grupos etários.

Em especial o recorte de gênero do debate do envelhecimento populacional deve ser objeto de atenção, visto que as mulheres compõem o setor mais vulnerável em termos de cobertura previdenciária, devido a menor participação na força de trabalho, maior informalidade, períodos maiores de desemprego (e consequentemente sem contribuição), salários mais baixos, etc.

Pirâmide etária



Fonte: Censo Demográfico - IBGE

2. Indicadores Socioeconômicos

a) Educação

A escolaridade das mulheres brasileiras vem subindo ao longo dos anos e já ultrapassou a escolaridade média dos homens em todos os níveis de ensino. Entre as pessoas com 25 anos ou mais, o número de anos de estudo das mulheres e homens é de 10,1 e 9,6 anos respectivamente.

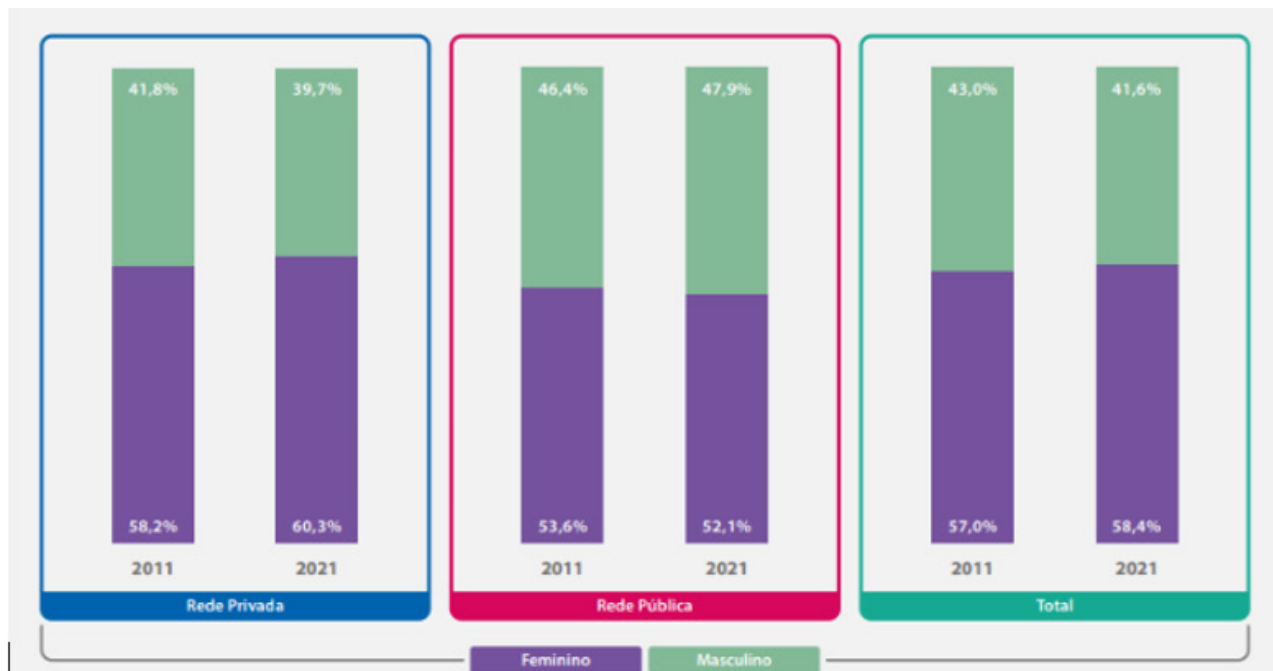
Número médio de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais, segundo o sexo – Brasil – 2022

Ano	Homem	Mulher
2016	8,9	9,2
2017	9,1	9,4
2018	9,2	9,6
2019	9,3	9,7
2022	9,6	10,1

Fonte: PNAD – IBGE

No grupo de 25 a 34 anos, 25,1% das mulheres têm nível superior contra 18,3% dos homens. Na faixa entre 35 e 44 anos, as taxas são de 24,4% e 17,3%, respectivamente. Conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), em 2021, 58,4% das matrículas de ensino superior foram de mulheres.

Proporção de homens e mulheres matriculados em IES privados e públicos no Brasil em 2011 e 2021 segundo o sexo – Brasil – 2022



Fonte: INEP

Mas enquanto o percentual de mulheres matriculadas em IES privadas subiu, nas públicas caiu, o que significa que as mulheres vem encontrando mais barreiras para acessar a educação superior pública.

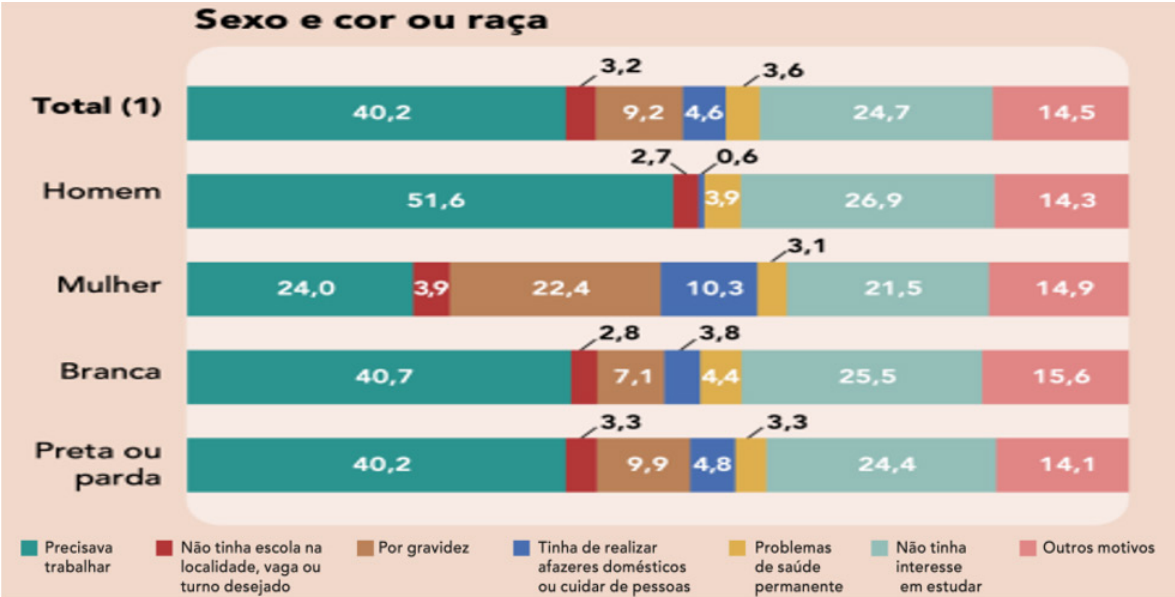
Além disso, em algumas áreas as mulheres seguem sendo minoria, como em cursos ligados à Tecnologia de Informação (TI), onde apenas 16,5% das matrículas eram de mulheres, em 2021. O curso de Redes de computadores conta apenas com 8,3% de participação feminina. Sobre as desigualdades na escolaridade entre mulheres brancas e não brancas, em que pese a lei de cotas ter facilitado o acesso de mulheres não brancas às universidades, as brancas ainda são maioria, representando 29,4% dos estudantes, frente a 26,3% de negras.

O abandono escolar e/ou percentual de pessoas que nunca frequentou a escola é menor entre as mulheres na população entre 14 e 29 anos como podemos observar na figura 5, mas quando se observa os motivos, percebe-se que, se bem a causa mais frequente para ambos os sexos é precisava trabalhar, no caso das mulheres é altíssima o percentual das

que abandonam os estudos por *gravidez, o que indica o impacto da gestação precoce para as mulheres.*

Por fim, maior escolaridade nem sempre é sinônimo de melhor colocação profissional. Segundo o **relatório Education at Glance 2019, produzido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), as mulheres brasileiras têm 34% mais probabilidade de se formar no ensino superior do que seus pares do sexo masculino, mas também menos chances de conseguir emprego.** A empregabilidade de mulheres brasileiras de 25 a 34 anos com ensino superior é de 82% (contra 89% dos homens), cai para 63% entre mulheres com ensino técnico e para 45% entre mulheres sem essa capacitação. Entre homens, esses índices são de 76% tanto dos que têm ensino técnico como dos que não tem essa formação.

Pessoas de 14 a 29 anos com nível de instrução inferior ao médio completo, por motivo de abandono escolar ou nunca ter frequentado escola (%)



Fonte: PNAD – IBGE

b) Saúde

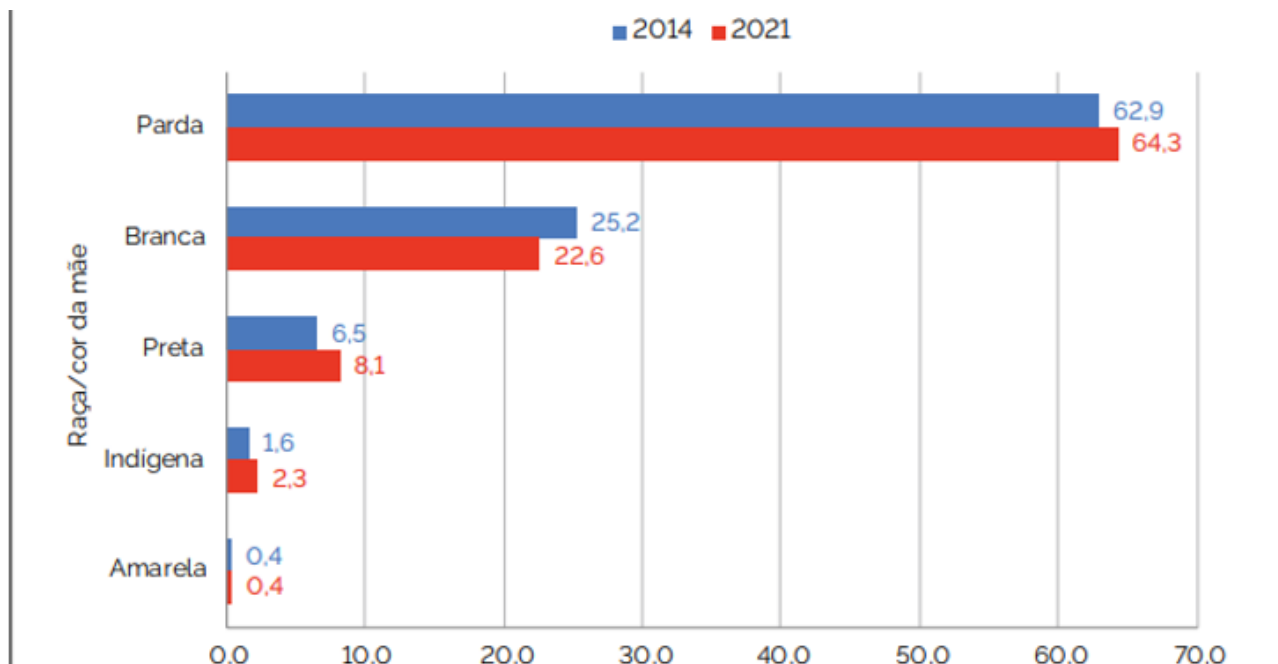
Não é nossa intenção traçar um panorama completo da saúde de mulher brasileira, mas apontar alguns indicadores específicos que evidenciam a persistência da desigualdade de acesso e da baixa qualidade do atendimento às mulheres não brancas. Não por acaso, estas compõem também as parcelas mais pauperizadas da população, evidenciando o recorte de classe e raça da desigualdade de gênero.

O primeiro deles é o acesso ao pré-natal. Entre 2014 e 2021 houve uma redução de 30% de mulheres cujo pré-natal foi classificado como inadequado,

ainda assim, em 2021 cerca de 445 mil mulheres não fizeram; iniciaram tardiamente (após o terceiro mês de gestação); ou fizeram menos de três consultas de pré-natal iniciado até o terceiro mês.

Entre as mulheres com pré-natal inadequado, predomina as mulheres de raça/cor parda e preta (segundo a classificação do IBGE), correspondendo a cerca de 70% do total (três vezes o percentual observado nas brancas). Também aumentou a ocorrência de pré-natal inadequado entre as mulheres pardas e pretas, no período analisado e reduziu entre as brancas.

Distribuição percentual do pré-natal inadequado segundo cor/raça materna.
Brasil, 2014 e 2021



Fonte: Sinasc.

Notas: pré-natal inadequado - soma das categorias "não fez o pré-natal" e "pré-natal inadequado".

Pré-natal inadequado: gestantes que iniciaram o pré-natal após o terceiro mês de gestação e aquelas que, embora tenham iniciado o pré-natal até o terceiro mês de gestação, fizeram menos de três consultas.*

*2021: dados preliminares, passíveis de alteração.

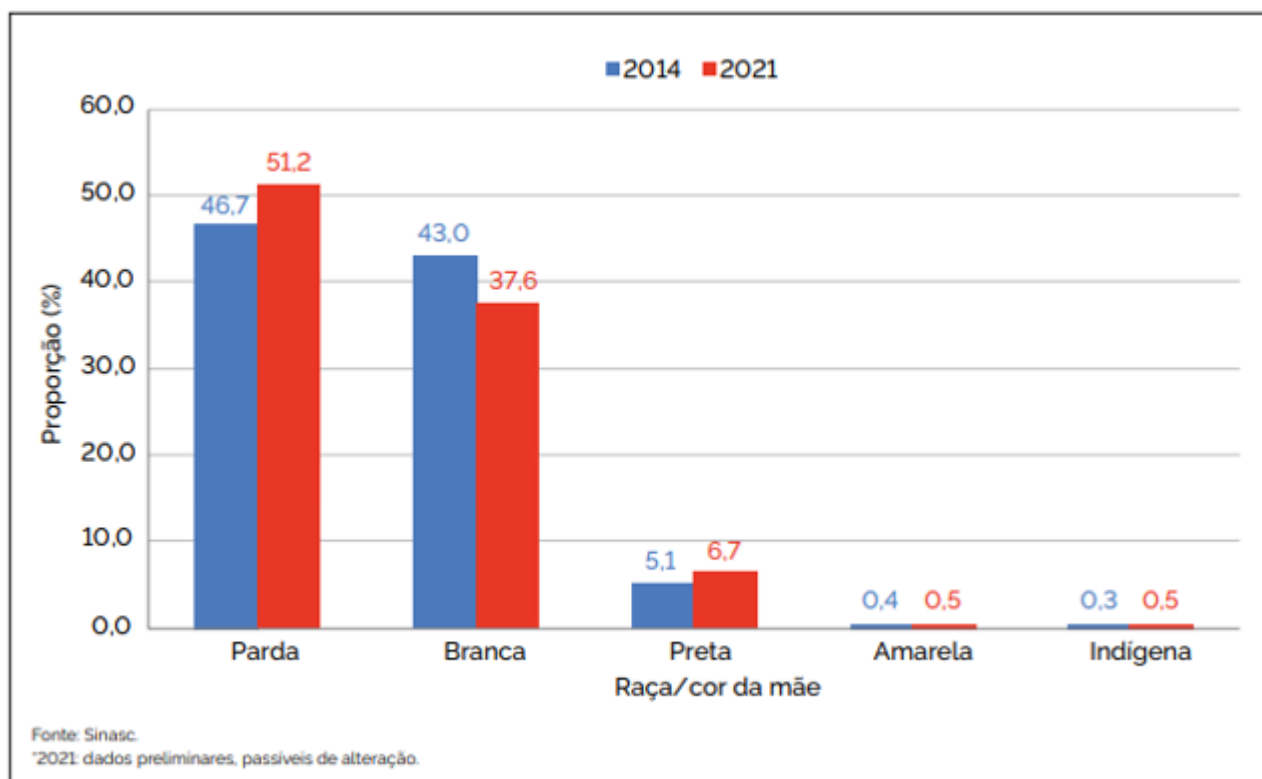
Por outro lado, ao contrário do que recomenda a Organização Mundial da Saúde (OMS), predomina o alto número de partos cesarianas no Brasil, sendo que a distribuição por raça/cor mostra tanto uma maior incidência como aumento de cesarianas entre as mulheres pretas (28,0%) e pardas (6,4%). Em contrapartida, entre as mulheres brancas esse tipo de parto caiu 15,1% nos últimos 10 anos como podemos ver na figura 7.

A distribuição de cesarianas por raça/cor aponta para a desigualdade dessa intervenção, porém seria interessante avaliar também, se para além do aspecto quantitativo, até que ponto os critérios de risco para a mulher

(e para o bebê) foram observados no caso das mulheres não brancas, visto que a morte materna entre mulheres negras é duas vezes maior do que entre mulheres brancas.

Se a mortalidade materna já é uma enorme desgraça, precisamos considerar que seu impacto nos setores mais pauperizados é muito mais profundo pois contribui para perpetuar a pobreza e vulnerabilidade social. Em especial num país onde a maioria das famílias monoparentais chefiadas por mulheres é negra e pobre, a exposição ao risco de morte materna não pode ser ignorada como um componente da desigualdade de raça, classe e gênero.

Distribuição percentual de cesarianas segundo raça/cor materna.
Brasil 2014 e 2021

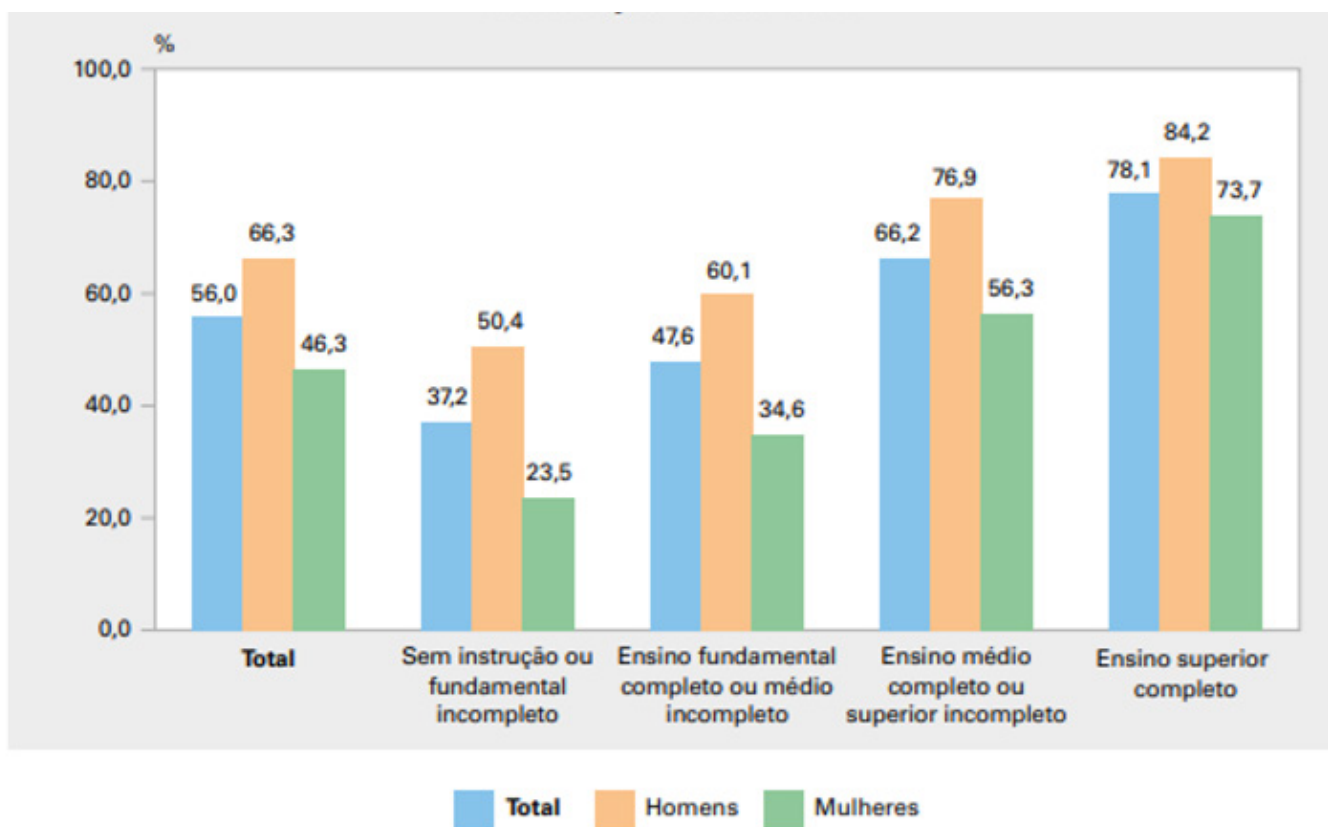


b) *Emprego e renda*

Em 2022, apenas 46,3% das mulheres em idade para trabalhar estavam ocupadas, contra 66,3% dos homens, diferença que, salvo pequenas oscilações, vem se mantendo em todos os anos da

série histórica do IBGE. O nível de ocupação substancialmente inferior das mulheres ocorre tanto pela sua menor participação no mercado de trabalho, como pela maior taxa de desocupação.

Nível de ocupação, por sexo, segundo o nível de instrução
Brasil, 2022



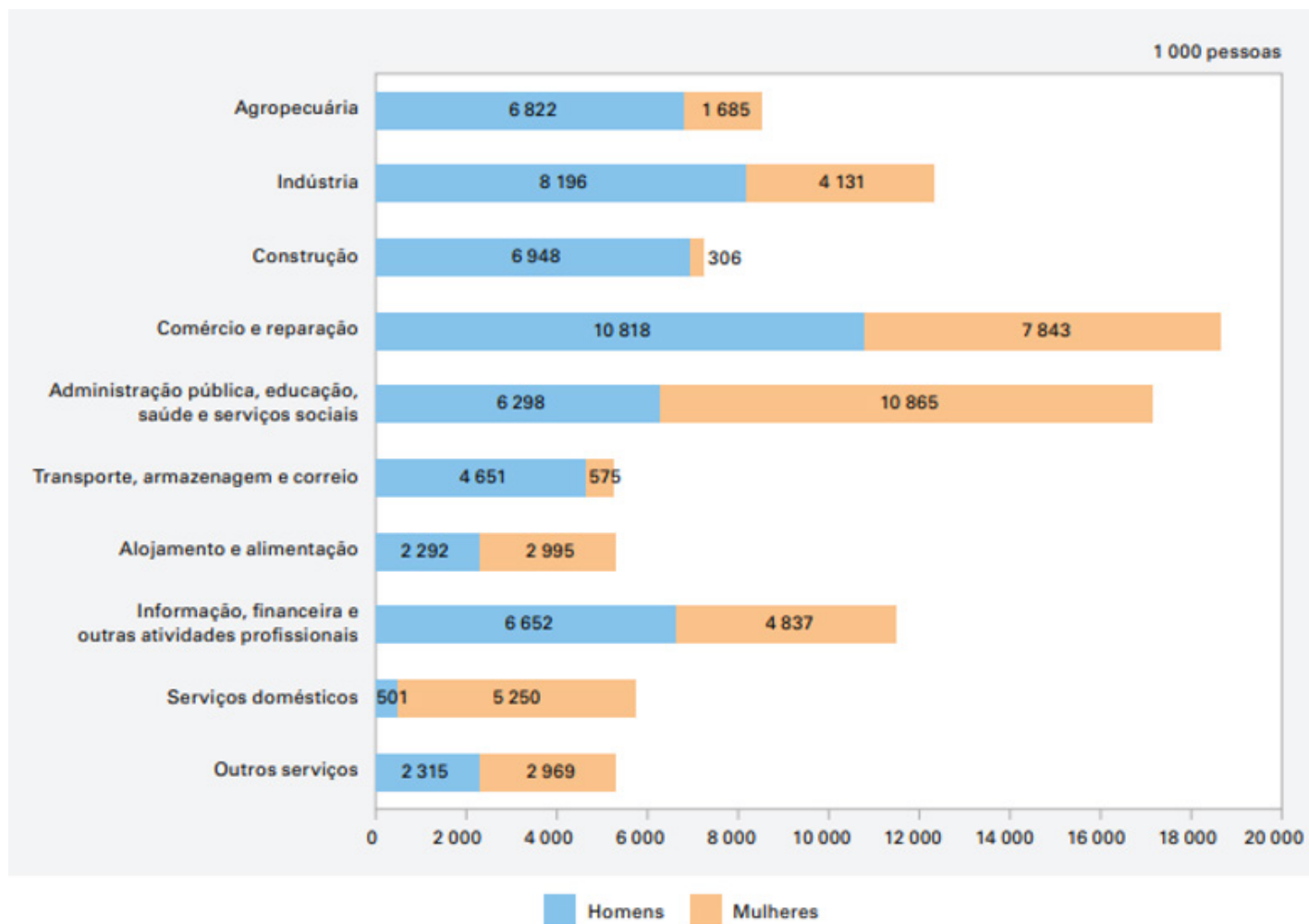
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Nota: Dados consolidados de quintas visitas.

Os grupos de atividades predominantemente femininos são respectivamente: administração pública, educação, saúde e serviços sociais; alojamento e alimentação; e serviços domésticos (Figura 9). Essa localização não apenas reproduz no espaço público a divisão sexual do trabalho e a responsabilização da mulher pelas tarefas domésticas e de cuidados, como também nos leva a

pensar no impacto das privatizações e da reforma administrativa para o emprego das mulheres, visto que o setor público concentra um alto número de trabalhadoras mulheres. Por outro lado a demanda de socialização do trabalho doméstico seria um importante ponto tanto para reduzir a dupla jornada e a sobrecarga doméstica, como também para absorver uma parte das força de trabalho subutilizada.

**População ocupada, por sexo, segundo os grupos de atividade
Brasil, 2022**



A informalidade de parte significativa dos postos de trabalho é uma característica do mercado de trabalho brasileiro e constitui mais uma importante fonte de desigualdades. Como consequência, há um elevado contingente de trabalhadores sem acesso aos mecanismos de proteção social, como o direito à aposentadoria e

às licenças remuneradas (maternidade ou afastamento por motivo de saúde). Conforme podemos observar pela figura abaixo, a informalidade atinge todos os contingentes de trabalhadores, mas é especialmente alta entre a população negra, sendo as mulheres negras as que acumulam os maiores percentuais de informalidade.

**Proporção de pessoas em ocupações informais, por sexo e cor/raça.
Brasil, 2012/2022**

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Total	41,1	40,0	38,8	38,7	38,8	40,5	41,2	41,4	38,8	40,1	40,9
Homens pretos ou pardos	46,3	45,5	45,1	44,8	45,2	46,3	46,5	46,6	44,7	46,7	46,6
Mulheres pretas ou pardas	49,9	48,2	46,5	46,6	45,8	47,1	47,9	48,0	44,8	45,9	46,8
Homens brancos	33,4	32,2	30,5	30,3	31,1	33,2	34,0	34,0	31,7	32,6	33,3
Mulheres brancas	35,7	34,0	32,7	32,1	31,7	33,6	34,6	34,6	31,8	32,7	34,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2022.

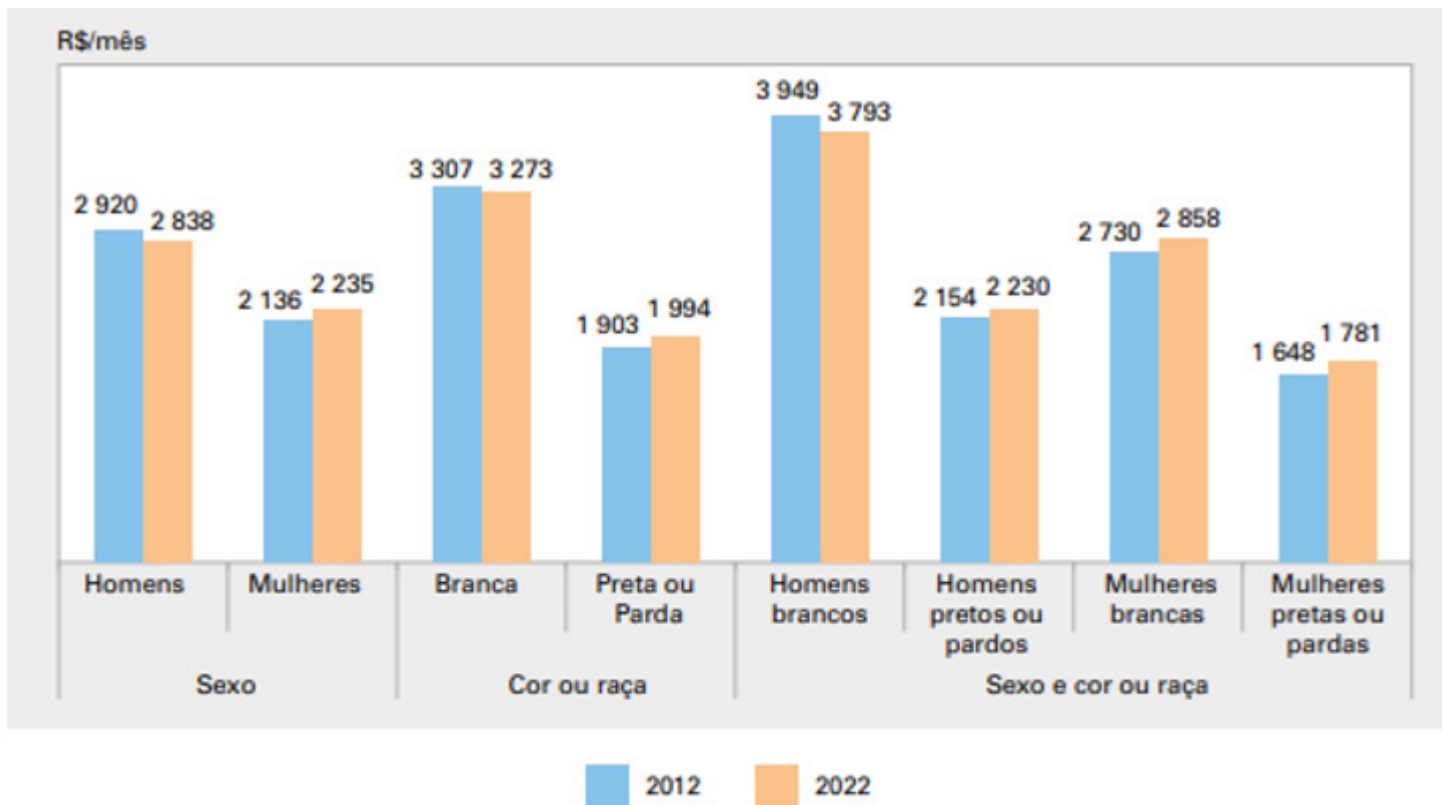
Notas: 1. Dados consolidados de primeiras visitas de 2012 a 2019 e de quintas visitas de 2020 a 2022.

2. Não são apresentados resultados para amarelos, indígenas e pessoas sem declaração de cor ou raça.

O recorte de gênero e a desagregação por cor ou raça no quesito rendimento do trabalho, também são indicadores das desigualdades no Brasil. Em 2022, os homens recebiam em média 27,0% mais que as mulheres, sendo que tanto mulheres como homens de cor ou raça preta ou parda recebiam

rendimentos inferiores aos das pessoas brancas (em média, 64,2% menos). A renda da mulher negra é mais uma vez a menor de todas, equivalendo a apenas 46,9% do rendimento do homem branco, dados que, salvo pequenas oscilações, foram encontrados em todos os anos de 2012 a 2022.

**Rendimento médio real de todos os trabalhos das pessoas ocupadas,
segundo o sexo e a cor ou raça
Brasil, 2012/2022**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2022.

Notas: 1. Dados consolidados de primeiras visitas em 2012 e de quintas visitas em 2022.

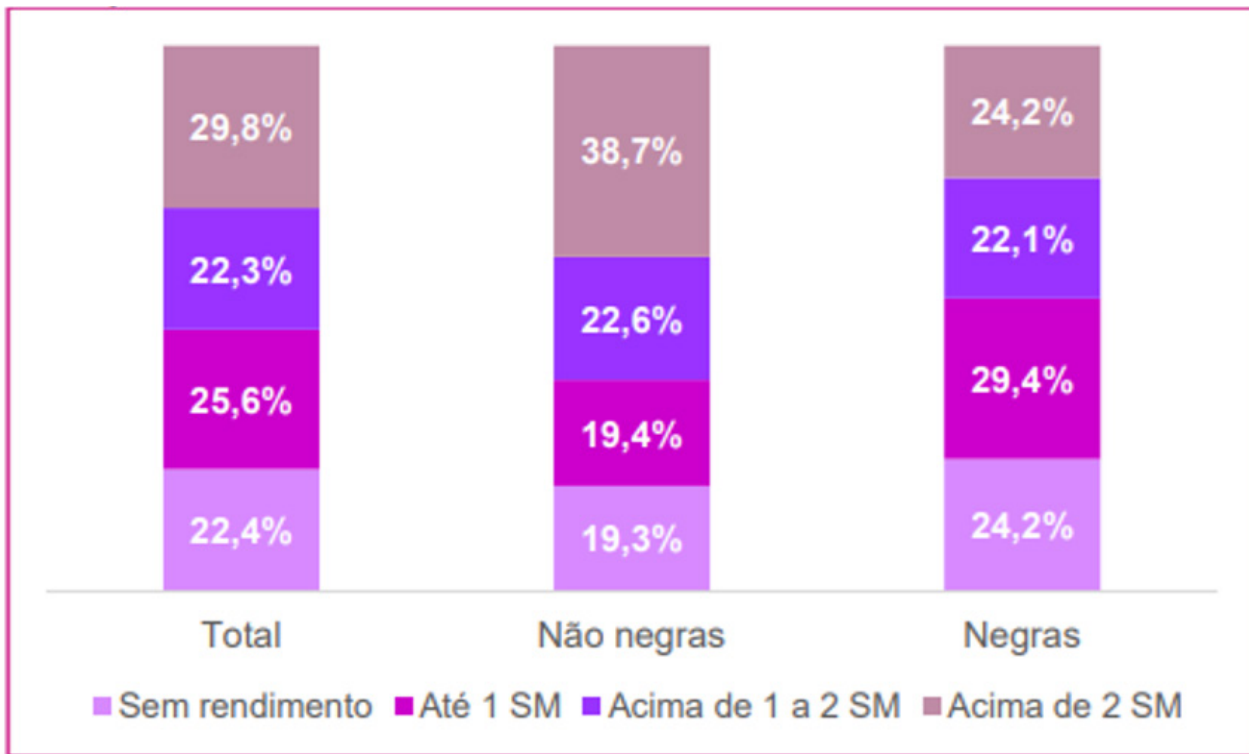
2. Não são apresentados resultados para amarelos, indígenas e pessoas sem declaração de cor ou raça.

Vale destacar que apesar da brecha salarial as mulheres estão cada vez mais assumindo a responsabilidade pelo sustento do domicílio. Segundo dados levantados pelo Dieese com base na PNAD contínua do IBGE, em 2022, dos 75 milhões de lares brasileiros, 50,8% tinham liderança feminina, o correspondente a 38,1 milhões de famílias. Já as famílias com chefia masculina somaram 36,9 milhões.

As mulheres negras lideravam 21,5

milhões de lares (56,5%) e as não negras, 16,6 milhões (43,5%), mas o fazem em situação de extrema vulnerabilidade. Como podemos observar na figura abaixo, de cada 10 famílias monoparentais com filhos chefiadas por mulheres, 7 sobrevive com uma renda mensal de até 2 salários mínimos, no caso das que são chefiadas por mulheres negras essa proporção é ainda maior, em menos de 25% desses lares a renda mensal ultrapassa os 2 salários mínimos.

Distribuição das mulheres chefes de família monoparental e com filhos,
segundo cor/raça da mãe e faixa de renda familiar
Brasil, 3 trimestre de 2022



Fonte: IBGE. PnadC
Elaboração: DIEESE



(31) 9697-4672



ilaese@ilaese.page



.com/ilaese



@ilaese.org.br



.com/c/ilaeseorgbr